

JULHO

AMARELO

MÊS DA LUTA CONTRA HEPATITES VIRAIS

Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais: Um Chamado à Conscientização e Prevenção

Dia 28 de julho marca o Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais, uma data estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para aumentar a conscientização sobre a prevenção, diagnóstico e tratamento das hepatites virais. Este dia é uma oportunidade para lembrar a importância da luta contra uma doença que afeta milhões de pessoas no mundo todo, com consequências graves para a saúde pública. De acordo com o [Global hepatitis report 2024: action for access in low- and middle-income countries](#), da Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de vidas perdidas devido à hepatite viral está aumentando. A doença é a segunda principal causa infecciosa de morte em nível mundial – com 1,3 milhão de mortes por ano, o mesmo que a tuberculose, uma das principais causas infecciosas de morte.

As hepatites virais, causadas pelos vírus A, B, C, D e E, são uma das principais causas de doenças hepáticas, como cirrose e câncer de fígado. Apesar de ser uma doença silenciosa, muitas vezes sem sintomas iniciais, as hepatites podem levar a complicações fatais se não forem diagnosticadas e tratadas adequadamente.

O Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais visa mobilizar governos, instituições públicas e privadas de saúde e a sociedade em geral para a implementação de estratégias eficazes de prevenção e tratamento. A vacinação contra a Hepatite B, por exemplo, é uma medida fundamental para controlar a propagação do vírus. Além disso, a realização de testes rápidos de diagnóstico, especialmente para a Hepatite C, tem se mostrado eficaz na detecção precoce e no tratamento oportuno, permitindo uma gestão mais eficiente da doença. Ressalta-se que a vigilância sanitária desempenha um papel crucial no controle da transmissão de hepatites virais, especialmente através da garantia da segurança do sangue e seus derivados, além de monitorar e notificar casos, orientar medidas de prevenção e controle, e promover a conscientização da população. É importante lembrar também que a vigilância sanitária concede registro e realiza a farmacovigilância dos medicamentos utilizados no tratamento das hepatites virais, além de estabelecer instrumentos de controle sanitário dos produtos para diagnóstico in vitro.

Ademais, é fundamental que se amplie o acesso ao tratamento e ao diagnóstico, especialmente em comunidades mais vulneráveis. O acesso universal à saúde e ao cuidado de qualidade é uma das metas mais urgentes dessa luta, já que muitas pessoas ainda não têm acesso a medicamentos ou testes para detectar a hepatite.

Neste Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais, a mensagem é clara: informar para prevenir, diagnosticar para tratar, e oferecer cuidado a todos. O esforço coletivo pode fazer a diferença para erradicar a hepatite viral e garantir uma vida mais saudável para milhões de pessoas ao redor do mundo.



28 de julho: Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais

Anvisa participa de Oficina Regional para Implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde na Paraíba

A Anvisa participou de uma oficina regional, realizada em João Pessoa, Paraíba, nos dias 3 e 4 de julho, para discutir a implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). O evento foi promovido pela Secretaria de Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, e reuniu representantes dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com o objetivo de alinhar estratégias e fortalecer as ações de vigilância em saúde.

A oficina teve como foco principal a discussão e o planejamento de ações que visam consolidar a efetivação do PNVS, com foco na articulação entre os diferentes níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e aprimorar o monitoramento da saúde da população, de forma integrada e efetiva nas áreas de vigilância epidemiológica (doenças e agravos), sanitária (controle de produtos e serviços), ambiental (monitoramento de fatores ambientais que afetam a saúde) e saúde do trabalhador. A programação incluiu palestras com especialistas, oficinas em grupo e espaços dedicados à troca de experiências entre os participantes, promovendo a construção colaborativa de soluções para os desafios regionais na área.

Além dos gestores da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba e representantes das Secretarias de Saúde dos estados mencionados, o evento contou com a participação de representantes Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba (Cosems-PB). Estiveram presentes o Assessor Chefe da Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (ASNVS), Jonas de Salles Cunha, Dr. Guilherme Loureiro Werneck, diretor do Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (DAEVS/MS), Dr. Nereu Mansano, Assessor Técnico do Conass, Dr. Alessandro Chagas, Assessor Técnico do Conasems e Alex Mota, Coordenador da Comissão Intersectorial de Vigilância em Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A servidora Carla Cristina Ferreira Pinto também acompanhou os trabalhos na Paraíba.



Imagem/ Jonas de Salles Cunha, Assessor Chefe da ASNVs (primeiro à esquerda), ao lado de Alex Mota, Coordenador da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Dr. Guilherme Loureiro Werneck, Diretor do DAEVS/MS (quinto, da esquerda para a direita), Dr. Nereu Mansano, Assessor Técnico do Conass (oitavo, da esquerda para a direita) e Dr. Alessandro Chagas, Assessor Técnico do Conasems (último à direita), durante oficina do PNVS na Paraíba.

Sobre a PNVS – Instituída pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Vigilância em Saúde tem como finalidade orientar e fortalecer as ações de vigilância em saúde em todo o território nacional. A PNVS propõe uma abordagem integrada, que articula vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, além de promover a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Anvisa e órgãos de Vigilância Sanitária de estados e municípios realizaram a Operação Estética com Segurança fase II

A Anvisa, em parceria com órgãos de Vigilância Sanitária estaduais e municipais, realizou, entre os dias 2 e 4 de julho, a fase II da operação “Estética com Segurança”. Nesta etapa, foram inspecionadas clínicas de estética, além de farmácias de manipulação e distribuidoras de produtos médicos e cosméticos no Distrito Federal e em quatro estados: São Paulo, Amazonas, Piauí e Ceará.

Contando com um efetivo de 77 fiscais, dentre os quais servidores da Anvisa e das vigilâncias estaduais e municipais, foram inspecionados 38 serviços de estética, entre clínicas, farmácias de manipulação (2), e distribuidoras de produtos médicos/cosméticos (8). Os resultados são alarmantes: dos 38 estabelecimentos, 35 apresentaram irregularidades sanitárias, sendo que 3 clínicas foram totalmente interditadas, com suspensão imediata das atividades até que obtenham a sua regularização, e 5 sofreram interdições parciais, com restrições em áreas ou serviços específicos. Em quase todos os locais foram lavrados autos de infração, que resultaram na abertura dos processos administrativos sanitários correspondentes, que podem se reverter em multas e outras penalidades.

As principais irregularidades detectadas foram:

- Produtos irregulares ou sem registro (medicamentos e injetáveis);
- Produtos vencidos – incluindo toxina botulínica e anestésicos;
- Falhas no armazenamento, como ausência de controle de temperatura;
- Reutilização de materiais descartáveis, ausência de esterilização adequada, pias ou protocolos de higiene;
- Ausência de responsável técnico habilitado em alguns locais;
- Fabricação em escala industrial de produtos manipulados, prática proibida;
- Procedimentos invasivos sem estrutura ou autorização adequada, até transplante capilar e plasmaférese fora de ambiente hospitalar.

A operação Estética com Segurança faz parte da campanha do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), coordenado pela Anvisa, para a conscientização da população sobre os riscos envolvidos nos procedimentos de estética. Desta forma, recomenda-se fortemente à população em geral, que siga as orientações a seguir, quando da escolha de um serviço de estética:

- Verificar licença/alvará sanitário do estabelecimento junto à Vigilância Sanitária da sua cidade ou estado;
- Confirmar se os produtos utilizados possuem registro válido na Anvisa (consultas disponíveis no link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/>);
- Certificar-se de que o profissional que realiza o procedimento é habilitado e com registro ativo no conselho de classe (CFM, CFO, COFEN);
- Desconfiar de promessas milagrosas ou preços muito abaixo do mercado;
- Não confiar apenas em influenciadores digitais: eles geralmente não conhecem seu histórico médico.

A Operação “Estética com Segurança – Fase II” deixou claro que a maioria das clínicas auditadas opera em condições sanitárias precárias, com riscos significativos à saúde dos usuários. Além das interdições, a Anvisa reforça a importância de que os consumidores façam escolhas conscientes e fiscalizem os locais onde realizam procedimentos estéticos.



Imagem/ Material em péssimas condições de uso, com ferrugem aparente, encontrado em clínica de estética de Fortaleza/CE

Identificação Única de Dispositivos Médicos (UDI): determinações da RDC nº 591/2021 se tornam obrigatórias a partir de 10 de julho de 2025.

A Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde (GGTPS) expediu o Ofício Circular Nº 2/2025/SEI/GGTPS/DIRE3/ANVISA, onde constam as orientações sobre as determinações da RDC nº 591/2021, que dispõe sobre a identificação de dispositivos médicos regularizados na Anvisa, por meio do sistema de Identificação Única de Dispositivos Médicos (UDI).

A marcação UDI (Identificação Única de Dispositivo – Unique Device Identification) é um sistema adotado pela Anvisa para rastreabilidade de dispositivos médicos, com base em padrões internacionais, especialmente os definidos pela IMDRF (Fórum Internacional de Reguladores de Dispositivos Médicos). O objetivo da aplicação deste padrão é viabilizar a identificação inequívoca de um determinado dispositivo médico no mercado, visando principalmente ampliar a segurança dos pacientes.

Em linhas gerais, o documento explica que a RDC exige a marcação do código UDI nos dispositivos médicos e suas embalagens, com detalhes específicos sobre a estrutura do sistema UDI, incluindo o UDI-DI (identificador do modelo) e o UDI-PI (identificador da unidade de produção).

Os prazos para implementação variam conforme a classe de risco do dispositivo:

- Classe IV: obrigatoriedade a partir de 10/07/2025.
- Classe III: a partir de 10/01/2026.
- Classe II: a partir de 10/01/2027
- Classe I: a partir de 10/01/2028.

Para dispositivos reutilizáveis, esses prazos se estendem em dois anos adicionais.

Alguns dispositivos específicos, como stents e implantes ortopédicos, já têm a obrigatoriedade desde junho de 2020. A marcação deve estar presente nos rótulos, dispositivos e embalagens superiores, exceto em contêineres de transporte, que ficam de fora. O código UDI pode ser representado por códigos de barras tradicionais ou QR Codes, e há símbolos específicos para indicar a presença do UDI no rótulo. A Anvisa criará uma base de dados (SIUD) para registrar e consultar as informações dos dispositivos com UDI, cuja implementação está em andamento.

Ainda não é possível validar ou consultar os códigos pelo sistema oficial. Leia o conteúdo do Ofício na íntegra neste link <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/p-rodutos/p-arasaude/temas-em-destaque/arquivos/2025/oficio-circular-n-2-2025-ggtps>



Exemplo fictício de rótulo de dispositivo médico contendo o código UDI.

Financiamento: Anvisa esclarece sobre o repasse de das parcelas do Piso Fixo de Vigilância Sanitária – PF-VISA

A ASNVS esclarece que, em consulta ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), verificou que, até o momento, foram empenhados R\$ 7.574.735,00, referentes às parcelas do Piso Fixo da Vigilância Sanitária dos estados, e R\$ 13.023.122,00, referentes às parcelas do Piso Fixo da Vigilância Sanitária aos municípios. Isto significa que o Fundo Nacional de Saúde regularizou os repasses destes recursos até o mês de junho de 2025. Entretanto, embora a ASNVS já tenha elaborado e divulgado o Relatório de Monitoramento do Cadastro SCNES (Junho/2025) dos órgãos de vigilância sanitária do SNVS, e o Gabinete do Diretor Presidente da Anvisa já tenha encaminhado a minuta de publicação da Portaria de Bloqueio e Desbloqueio de repasses do Piso Fixo da Vigilância Sanitária ao Ministério da Saúde em 04/07/2025, este ainda não publicou a referida Portaria. Desse modo, não há como informar quando os municípios com recursos desbloqueados irão receber os valores correspondentes.

Os repasses do Fundo Nacional de Saúde podem ser consultados neste link

<https://portalfns.saude.gov.br/consultas/>.

As informações sobre o financiamento são disponibilizadas no site da Anvisa

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/financiamento>.

Cadastro Anvisa: área responsável, com apoio da ASNVS, realizará webinar sobre o tema

Recentemente, a GPCON divulgou o OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2025/SEI/GPCON/DIRE5/ANVISA, em que comunica que estão em andamento a condução de medidas para a melhoria do cadastro de usuários, e portanto, para o acesso das Vigilâncias Sanitárias locais aos sistemas SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados) e SNCR (Sistema Nacional de Controle de Receituários). O novo cadastro irá conferir mais segurança, simplificação e modernidade ao processo.

A partir de data que será amplamente divulgada oportunamente, o acesso aos sistemas será realizado exclusivamente por meio do novo Cadastro Anvisa. Essa nova plataforma trará também mais autonomia e praticidade, permitindo a gestão de perfis e acessos de forma centralizada — com funcionalidades como adição, edição, revogação de perfis em lote, realização de auditorias e pesquisa de colaboradores e instituições.

O processo de acesso ao novo Cadastro Anvisa inicia-se com a vinculação do responsável legal da organização, que deverá:

- Acessar sua conta no Gov.br;
- Realizar a vinculação com a instituição utilizando o e-CNPJ;
- Em seguida, o responsável legal poderá acessar o novo Cadastro Anvisa para:
- Vincular instituições cadastradas no CNES sob seu CNPJ;
- Cadastrar colaboradores (informando CPF);
- Atribuir perfis aos colaboradores cadastrados para acesso ao SNCR e ao SNGPC.

Todas as orientações estão disponíveis no manual do Cadastro Anvisa, que pode ser baixado para consulta neste link <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sistemas/cadastro/manual-cadastro-anvisa/view>.

A área responsável pela elaboração deste manual está realizando sua revisão e prevê a realização de um webinar, direcionado às vigilâncias sanitárias. Assim que for definida uma data para a realização do evento, a ASNVS dará ampla divulgação por meio dos canais de comunicação, inclusive pelos aplicativos de mensagens Whatsapp e Microsoft Teams.

GGTAB oferta capacitação sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs)

O curso da GGTAB sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) fornece informações úteis para agentes de vigilância sanitária, abordando aspectos como os riscos à saúde associados ao uso de DEFs, a legislação vigente, e estratégias de fiscalização. Esta capacitação tem como objetivo principal fornecer aos agentes de vigilância sanitária conhecimentos técnicos e práticos sobre os DEFs, incluindo seus diferentes tipos, composição, riscos à saúde, e a legislação que trata da sua proibição e fiscalização. Além disso, o curso aborda temas como os diferentes tipos de DEFs (cigarros eletrônicos, pods, etc.), seus mecanismos de funcionamento, os componentes químicos presentes nos aerossóis, os riscos à saúde associados ao uso (danos pulmonares, doenças cardiovasculares, dependência química, etc.), e a legislação brasileira que proíbe a comercialização e importação desses produtos.

O curso deve ser acessado por meio do link

<https://aprendizagem.anvisa.gov.br/enrol/index.php?id=260>.

Vigilância Sanitária do Município de Pinhais realiza o III InterVisa

O III InterVisa – Encontro Intermunicipal de Profissionais de Vigilância Sanitária, evento organizado pela Visa/Pinhais, será realizado nos dias 04 e 05 de agosto de 2025, no CENFORPE, localizado na Av. Iraí, 696 – Bairro Weissópolis, Pinhais/PR. Nesta terceira edição, o evento retorna com o tema “Inovação, Regulação e Futuro da Vigilância Sanitária”, promovendo reflexões e diálogos sobre os avanços tecnológicos, os desafios regulatórios e as perspectivas para um sistema de vigilância mais ágil, eficiente e alinhado às necessidades da saúde pública.

Inscrições devem ser realizadas pelo link: <https://forms.gle/727SKTBZHCrBBAcL6>

O III InterVisa – InovaVISA é uma oportunidade única para fortalecer a atuação dos profissionais de vigilância sanitária, trocar experiências e construir juntos soluções inovadoras para os desafios do nosso cotidiano.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo email: sanitaria@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone/whatsapp: 041 99217.8236.

Segue, abaixo, a Programação preliminar, sujeita a alterações:

Data	Horário	Palestrante	Tema
4 de ago. de 2025	9:30 às 10:30h	Alex Sander Duarte da Matta – Coordenador CSNVS/ANVISA	Nova classificação de risco das atividades de interesse de Visa
	10:30 às 11:30h	A CONFIRMAR	Inspeções em serviços de estética
	13:30 às 14:30h	Márcia Oliveira – Gerente GGES/ANVISA	Harmonização das inspeções em serviços de saúde e serviços de interesse à saúde
	14:30 às 15:30h	Alex Sander Duarte da Matta – Coordenador CSNVS/ANVISA	Agenda Regulatória da Anvisa: conhecendo as etapas de participação social na elaboração dos
	15:30 às 16:30h	Daniel Marcos Pereira Dourado e Luis Henrique Meazzini	Uso de Inteligência Artificial em análises documentais
5 de ago. de 2025	8:30 às 9:30h	Diná Teixeira - advogada e consultora da Anvisa	Código Sanitário
	9:30 às 10:30h	Patrícia Fernandes Nantes de Castilho - Gerente GGALI/ANVISA	Novo marco regulatório de alimentos e embalagens, com foco nos suplementos alimentares
	10:30 às 11:30h	Stela Candioto Melchior/Ancisa	VIGIPÓS
	13:30 às 14:30h	Marcus Navarro - SBAR	Uma nova Visa: entendendo o conceito de Risco x Benefício
	14:30 às 15:30h	Maria Thereza Vicentini – Visa/Pinhais	Experiência de Pinhais no Código Sanitário e Consultoria do ROI
	15:30 às 16:30h	José Marçal Jackson Filho - Fundacentro	Para que servem as investigações de acidentes e a Segurança do Trabalho?

Participação em eventos

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS Nº 7.235/2025, instituiu a Sala de Situação Nacional para Monitoramento e Resposta à Infecção por Vírus Respiratórios, incluindo a Influenza Aviária. Este espaço servirá para aprimorar a articulação entre áreas técnicas e parceiros estratégicos a fim de promover ações coordenadas de vigilância, prevenção e resposta em todo o território nacional.

Compete à essa Sala de Situação Nacional monitorar a situação epidemiológica da Influenza Aviária e de outros vírus respiratórios em humanos no Brasil e em outros países, apoiar a implementação das ações previstas no Plano de Contingência Nacional do Setor Saúde para Influenza Aviária, monitorar a situação epidemiológica da Infecção por Vírus Respiratórios associados à SRAG no Brasil e coordenar as ações de comunicação de risco e participação comunitária, conforme diretrizes do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, entre outras.



Imagem/ Da esquerda para a direita, Claudio Nishizawa, Coordenador Estratégico de Ações em Vigilância Sanitária, Marcelo Ferreira da Costa Gomes, Coordenador-Geral de Vigilância da Covid-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios, e Marília Santini de Oliveira, Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Os representantes da Anvisa nesta Sala de Situação são os servidores Ricardo Eccard da Silva, suplente e Claudio Nishizawa, titular. As reuniões ocorrem, semanalmente, às quintas-feiras. O Coordenador Estratégico de Ações em Vigilância Sanitária, Claudio Nishizawa, participou presencialmente da primeira reunião, realizada em 18 de junho. Para ele, que também é membro do Grupo de Trabalho de Influenza Aviária no âmbito do Comitê Interinstitucional de Uma Só Saúde, o compartilhamento de dados, informações e a coordenação das ações entre as diferentes instituições permite o melhor aproveitamento dos recursos além de maior eficiência.

No caso desta Sala de Situação Nacional, um grande desafio é a integração e o compartilhamento de dados com instituições responsáveis por questões da saúde animal e do meio ambiente. Mesmo assim, estamos conseguindo avançar.

Alguns servidores da Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária participaram, nos dias 24 e 25 de junho, do Exercício “ConvEx-3” da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O comando do Exercício foi executado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron).

A atividade simulou um grave acidente na Usina Nuclear de Cernavoda, na Romênia, no contexto de uma sequência de desastres provocados por um terremoto simulado de magnitude 7,3. Realizado ao longo de 36 horas ininterruptas, o exercício contou com a participação de 76 Estados-Membros e 11 organizações internacionais, com o objetivo de testar estruturas de resposta nacionais e globais diante de uma situação nuclear severa.

Na ocasião, o Brasil juntou-se a outros Estados-membros da AIEA e a organizações internacionais, em um trabalho conjunto, para verificar planos e procedimentos de emergência a um acidente nuclear grave em uma instalação nuclear fora do país.

Você sabe o que é um exercício simulado? Em um contexto de emergências, são atividades, que fornecem conhecimento, habilidades e práticas necessárias para realizar as principais tarefas exigidas por capacidades específicas no enfrentamento de uma emergência em saúde pública. Geralmente, esses simulados ocorrem para identificar, definir prioridades de preparação e desenvolver um cronograma de atividades de preparação para coordenar iniciativas de formação da equipe de saúde; prevenir a duplicação de esforços e otimizar recursos e tempo; garantir o uso eficiente de recursos e financiamentos e evitar sobrecarregar as instituições e profissionais importantes.

Referência: Fundação Oswaldo Cruz. Plano de contingência: dimensões para operacionalização. Organizadoras, Débora Dupas Gonçalves do Nascimento, Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira, Sílvia Helena Mendonça de Moraes – Campo Grande: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.



A participação em simulados é importante, pois pode antecipar situações de risco para que possamos nos preparar. Além disso, a experiência adquirida permite aos servidores da Anvisa avaliar métodos, ações e recursos necessários.

Conheça o texto na íntegra: [acesse aqui](#).

Ainda, em busca de fortalecer a atuação em emergências em saúde pública, foi publicada em 25 de junho, a Portaria nº 781/2025, que institui princípios e diretrizes para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na portaria, além de princípios e diretrizes, estão definidas as estruturas de resposta às emergências, como o Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde da Anvisa, a Sala de Situação e o Grupo de Trabalho para Emergência. Adicionalmente, está prevista a elaboração de planos de contingência, usando como base o Plano Mestre para Elaboração de Planos de Contingência. Em junho, também ocorreu a 57ª reunião do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos (CNPURM), cuja finalidade é orientar e propor ações, estratégias e atividades para a promoção do uso racional de medicamentos no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde.



Os trabalhos do Comitê estão divididos em 5 eixos temáticos, a saber, antimicrobiano, educação, informação, pesquisa e regulação. Assim caracterizados:

Antimicrobiano	Educação	Informação	Pesquisa	Regulação
O objetivo principal deste eixo é apoiar a implementação do Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única.	O objetivo geral é contribuir para a produção e disseminação de conhecimento sobre o uso racional de medicamentos (URM), considerando a segurança do paciente e a sustentabilidade do sistema de saúde.	O objetivo deste eixo é promover ações que incentivem a disseminação e a apropriação do conhecimento sobre o Uso Racional de Medicamentos, como uma estratégia para a sua promoção.	O objetivo principal é incentivar a produção de conhecimento em URM, a fim de fornecer subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde.	O objetivo é promover o uso racional de medicamentos por meio do aprimoramento dos marcos legais e dos instrumentos regulatórios no setor farmacêutico, a nível nacional.

Informações extraídas do Portal do Ministério da Saúde. Acesso <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cnpurm/comite-nacional-para-a-promocao-do-uso-racional-de-medicamentos>

Nesta reunião, discutiu-se a questão da acessibilidade das bulas dos medicamentos para deficientes auditivos, no eixo Regulação. O Coordenador da Ceavs, Claudio Nishizawa, compareceu aos dois dias do evento. Na oportunidade foi apresentado que aplicativos que utilizam avatares para comunicação em libras podem levar a erros. Possivelmente instituições participantes desse Comitê consolidarão sugestões à Anvisa para melhoria das bulas, como QR code 3D, na perspectiva do acesso e do uso racional de medicamentos.

Ainda, a pedido do representante suplente da Anvisa, o Comitê URM irá se manifestar sobre as ações propostas no Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência Antimicrobiana (PAN- Visa) ciclo 2025-2030, considerando que o uso irracional de antimicrobianos promove resistência e consequentemente leva a ineficácia de tratamentos.

Saiba mais: uso racional de medicamentos, o que é?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, é a situação em que “os pacientes recebem medicamentos adequados às suas necessidades clínicas, em doses que atendam às suas necessidades individuais, por um período de tempo adequado e ao menor custo para eles e sua comunidade”

Ficou interessado?! Acesse o Guia [Comitês Locais para a promoção do uso racional de medicamentos](#) e saiba como montar um Comitê de URM.

Fique atento: na próxima edição, falaremos um pouco mais sobre resistência antimicrobiana.

Não perca!

CAPACITA SNVS

A Coordenação Estratégica de Ações em Vigilância Sanitária (Ceavs), semestralmente, divulga o Portfólio Capacita SNVS, por meio do qual são apresentadas as ações de desenvolvimento disponíveis aos profissionais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

No Portfólio do primeiro semestre de 2025, foram divulgadas 128 ações. Para os profissionais, é importante ter acesso a esses eventos pois a vigilância sanitária atua em um vasto campo com constante inovação regulatória e tecnológica. Por isso, é de fundamental relevância manter-se constantemente atualizado.

Veja um pouco do que aconteceu no primeiro semestre de 2025.



Imagem 1/ II Simpósio Estadual de Controle de Infecção Hospitalar e Segurança do Paciente, realizado no Pará.

O II Simpósio Estadual de Controle de Infecção Hospitalar e Segurança do Paciente ocorreu no período de 3 a 5 de junho em Belém, capital do estado do Pará, e reuniu cerca de 150 profissionais, entre especialistas, trabalhadores da saúde e servidores das vigilâncias. Com o tema central Melhorando a Qualidade das Notificações, o evento teve como objetivo fortalecer a cultura de segurança do paciente nos serviços de saúde e promover a integração e atualização técnica dos participantes.

Durante o simpósio, foram realizados palestras, painéis e workshops sobre temas como prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), boas práticas em diálise e incorporação de tecnologias inovadoras no cuidado ao paciente.

A Coordenadora Estadual de Prevenção e Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (CECIRAS/PA), Viviane Sena, destacou a importância do evento: “A vigilância das IRAS é um dos pilares da segurança do paciente. A capacitação em saúde é um dos indicadores do Programa Estadual de Prevenção e Controle de Infecção (PEPCIRAS/PA 2023-2025), e o simpósio representa um avanço importante para consolidar esse trabalho, promovendo a saúde pública e reafirmando o compromisso com a qualidade da assistência. Ela também enfatizou que reunir profissionais de todo o estado potencializa o compartilhamento de experiências e fortalece as práticas assistenciais, especialmente no acompanhamento das notificações nos estabelecimentos de saúde paraenses.

Promovido pelo Departamento Estadual de Vigilância Sanitária (DEVS/DVS/SESPA), por meio da CECIRAS, em parceria com o NESP e a CESD, o simpósio reforçou o compromisso com a melhoria contínua da qualidade e segurança no atendimento ao paciente no Pará.

Vários estados promoveram eventos de capacitação para os profissionais de vigilância sanitária da Região Nordeste

No início de junho, ocorreu o Curso Básico de Vigilância Sanitária (CBVISA). O evento faz parte da agenda de formação da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária e se destina a fiscais e gestores da vigilância sanitária.

Ao todo foram mais de 40 municípios e aproximadamente 100 participantes inscritos. O CBVISA teve por objetivo capacitar trabalhadores dos municípios em temas atuais e relevantes para o exercício das ações de fiscalização, controle e monitoramento de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Imagem 2/ Curso Básico de Vigilância Sanitária (CBVISA), promovido pela Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária. Referência <https://apevisa.pe.gov.br/esppe-e-apevisa-promovem-capacitacao-para-profissionais-de-vigilancia-sanitaria-da-i-macrorregiao-de-saude-de-pernambuco/>



Por sua vez, a Diretoria de Vigilância Sanitária da Bahia realizou, no primeiro semestre, o evento denominado “Qualificação do ato transfusional”, do qual participaram 61 profissionais de saúde que trabalham na vigilância sanitária nas áreas de hemoterapia e hemovigilância. O objetivo do evento era sensibilizar os presentes sobre a importância da hemovigilância na promoção da segurança transfusional e na melhoria da qualidade transfusional e capacitá-los tecnicamente para atuar como transformadores em seus respectivos serviços.



126 gestores, profissionais e estudantes de saúde estiveram reunidos, durante o III Encontro Estadual de Segurança do Paciente, que ocorreu em Salvador. Naquela ocasião, os profissionais puderam refletir sobre qualidade e segurança do paciente nos serviços de saúde, além de compartilhar experiências exitosas em boas práticas de segurança do paciente: hospitais com UTI e serviços de diálise.

Imagem 3/ II Encontro Estadual de Segurança do Paciente, realizado em Salvador/BA, no dia 4 de abril de 2025

A Agência Estadual de Vigilância Sanitária da Paraíba (Agevisa) promoveu uma capacitação específica sobre as Diretrizes para atualização de Código Sanitário, em três macrorregiões do Estado. No total, estiveram presentes 430 profissionais, que aprenderam um pouco mais sobre a importância da atualização do Código Sanitário à luz das novas demandas de saúde pública, vigilância sanitária e desenvolvimento regional. Além de capacitar, o evento tinha como objetivo estimular a integração interinstitucional e a padronização de normativas sanitárias, promovendo a equidade, a proteção da saúde coletiva e a segurança sanitária nos municípios da macrorregião.



Imagem 4 e 5/ Capacitação: Diretrizes para atualização de Código Sanitário nas macrorregiões de saúde da Paraíba

Além desta capacitação, a Agevisa promoveu a Oficina sobre ferramentas de análise para a gestão de eventos adversos e “never events”, que contou com a participação de 40 Coordenadores de Núcleos de Segurança do Paciente; o Treinamento sobre o sistema nacional de controle de receituário (SNCR) e padronização de atendimento, do qual participaram 30 gerentes técnicos e servidores administrativos; e o Workshop: Excelência no atendimento ao público. “never events” são eventos que nunca deveriam ocorrer em serviços de saúde.

No primeiro semestre de 2025, a Vigilância Sanitária de Mato Grosso do Sul realizou três workshops para capacitação dos profissionais. O primeiro aconteceu em fevereiro para aperfeiçoamento das ações de fiscalização em comunidades terapêuticas. Participaram 143 profissionais, o que representa quase 70% dos municípios do Estado. Durante o evento, destacou-se a importância do fortalecimento da Vigilância Sanitária para enfrentar desafios na prevenção do adoecimento e proteção de consumidores vulneráveis.

O Workshop Estadual sobre fiscalização em serviços de saúde (Rota Celulose) ocorreu em abril. Por fim, o Workshop Estadual sobre fiscalização em comércio de produtos fumígenos teve como objetivo aperfeiçoar os procedimentos para fiscalização em comércio de produtos fumígenos.



Imagem 6 e 7/ À esquerda, I Workshop da Rotada Celulose. À direita, Workshop Estadual sobre fiscalização em comunidades terapêuticas.



Na primeira semana de julho, teve início o Programa de Formação para novos servidores da Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal (Divisa).

Os servidores foram nomeados em janeiro deste ano, após 30 anos sem concurso público para o órgão. Eles atuarão na fiscalização de alimentos e medicamentos, na inspeção de hospitais, hotéis e outros estabelecimentos.



Imagem 8/ Capacitação para novos servidores da Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal. Aula inaugural do Programa de Formação para novos servidores.

Na Região Sul, os profissionais do Paraná puderam aproveitar diversas oportunidades de capacitação.



Imagem 9/ Capacitação para apresentar novos roteiros de inspeção, promovida pela Secretaria de Saúde de Pinhais/Paraná. Estiveram presentes na capacitação os profissionais que atuam na Semsu e representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), hospitais, farmácias de manipulação, drogarias, empresas processadoras/esterilizadoras de produtos para saúde e indústrias de alimentos. (Fonte: <https://pinhais.atende.net/cidadao/noticia/vigilancia-sanitaria-de-pinhais-promove-capacitacao-sobre-metodologia-inovadora>)



Imagem 10 e 11/ Jornada estadual de vigilância sanitária macro-leste e Jornada estadual de vigilância sanitária região Norte. (Fonte: <https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Saude-da-populacao-Jornadas-de-Inspetores-da-Vigilancia-Sanitaria-percorrem-o-Parana-e>)

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa), por meio da Coordenadoria de Vigilância Sanitária (CVIS) promoveu vários encontros para aprimoramento das ações de controle sanitário no Paraná. Estiveram presentes mais de 900 profissionais de saúde, que participaram de momentos de integração entre as equipes e debate sobre as estratégias de vigilância, integrada à atenção e promoção à saúde.

As Jornadas Macrorregionais de Inspectores, organizada pela, foram realizadas entre maio e junho.

As Oficinas para Monitorização das Doenças Diarreicas Agudas (MDDA) para Investigação de Surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) reuniram mais de 130 profissionais nos dois dias em que foi realizada. Além dos eventos presenciais, foram promovidos webinars com as temáticas Inspeção Sanitária de Pescado, Trilha de Aprendizagem sobre Segurança do Paciente: Plano de Segurança do Paciente, Trilha de Aprendizagem sobre Segurança do Paciente: Gerenciamento das Notificações Sistema Notivisa 2.0 - Ferramentas de Análise Gestão Eventos Adversos e ROI para inspeção em ILPI. Até o momento, os eventos já contam com mais de 8.000 visualizações.

A Ceavs parabeniza todos os organizadores dos eventos de capacitação, agradece e renova a colaboração para elaboração do Portfólio Capacita SNVS.

Em breve, será divulgada a edição para o 2º semestre, que estará ainda melhor.

Colega da vigilância sanitária, não perca as oportunidades! Capacite-se!

Interlocução e a comunicação com SNVS:

Canais de Comunicação com SNVS

A Anvisa possui diferentes mídias e canais de comunicação para participação dos entes do SNVS, dentre os quais estão as equipes do Teams.

Com vistas a promover mais engajamento na plataforma Microsoft Teams, a ASNVS está divulgando o manual do usuário atualizado, para que os profissionais do SNVS possam baixar o aplicativo em seus computadores e dispositivos móveis a fim de acessar os conteúdos disponibilizados nos respectivos grupos e equipes.

Dúvidas sobre o uso do Teams, acessem o guia de uso da plataforma:



Os canais de comunicação do SNVS têm como objetivo a melhoria da comunicação e da articulação com entes do SNVS, promovendo a troca de experiências e a gestão do conhecimento.

Participem e inscrevam-se nos canais de comunicação com SNVS:
<https://forms.office.com/r/yd1NrTRmBX>



Participem da nossa pesquisa de satisfação: <https://forms.office.com/r/fvVCs33AtF>



CONTATOS

(61)3462-4120/6921

asnvs@anvisa.gov.br

Editorial

Elaboração, distribuição e informação
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Diretor-Presidente substituto
Rômison Rodrigues Mota

Diretores
Daniel Meirelles Fernandes Pereira
Danitza Passamai Rojas Buvinich (Diretora Substituta)

Chefe de Gabinete
Karin Schuck Hemesath Mendes

Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
Jonas de Salles Cunha

Coordenação e elaboração de conteúdo
Alex Sander Duarte da Matta
Carla Cristina Ferreira Pinto
Cecília Antônia Barbosa
Claudio Nishizawa
Maria de Fátima Francisco
Ricardo Eccard da Silva
Sabrina Rodrigues Santos

Diagramação, formatação e edição
Vitória de Souza Lucena

CONTATOS
(61)3462-4120/6921
asnvs@anvisa.gov.br